

Impasse

PMDB veta Tasso e abre crise na sucessão de Funaro

Janio de Freitas

Uma situação de extremos

Ou o PMDB rompe com o governo Sarney ou Sarney se curva inapelavelmente ao PMDB — tal é a alternativa que se apresenta desde ontem à noite, como desfecho do fracassado lance de esperança com que o presidente tentou frustrar a postulação do PMDB sobre a Fazenda, escolhendo para o cargo, sem consulta a Ulysses Guimarães, um membro nominal do partido, mas, na verdade, outro integrante do seu círculo de amizades íntimas.

Com a reação explosiva do comando peemedebista, Sarney recuou da indicação de seu amigo Tasso Jereissati, governador do Ceará, sem, no entanto, alterar a equação. O PMDB só se manterá no governo pela escolha, para a Fazenda, de um dos peemedebistas considerados representantes do partido, o que significará a perda do controle de Sarney sobre a área decisiva para a renovação dos seis anos de mandato. A partir de então, Sarney seria meio-presidente.

No caso de recusa à exigência do PMDB, Sarney perde de imediato a sustentação do partido majoritário no Congresso e na Constituinte. Seria, até o breve encerramento do seu governo, apenas meio-presidente, sem a menor possibilidade de conduzir o governo.

Política é dinâmica e, antes do avião a jato, já tinha a velocidade do som. Pode surgir, de repente, uma forma de compromisso que projete nova hipótese. Mas é improvável, e muito. Afinal, Ulysses e sua corrente só aceitaram a exclusão de Funaro com a garantia de que a Fazenda ficaria com um representante do PMDB reconhecido pelo partido como tal. É uma terceira hipótese vislumbrável só poder ser a de um nome neutro, que representaria a derrota de Ulysses e seus correligionários.

A saída

Embora já se tenha até publicado que jornalistas sabiam, desde sábado, da entrega de uma carta de demissão de Funaro na sexta-feira, de minha parte não soube desta carta então, nem tenho, até agora, confirmação de sua existência.

Há pouco mais de uma semana, Sarney fez saber a Ulysses que o desgaste de Funaro reproduzia-se em seu próprio presidente. Considerava necessário e possível o entendimento para escolha do substituto, de modo a não desgastar Ulysses por seu apoio

a Funaro, mas a substituição lhe parecia indispensável.

Por seu lado, em seguida a esta conversa Ulysses procedeu a uma alteração, logo denotada pelo noticiário em suas entrevistas: já não é a permanência de Funaro que o (seu) PMDB pretende, mas a aplicação da política econômica proposta pelo partido, o que significava a designação de um peemedebista para a Fazenda.

Em conversas com Ulysses na quinta e, de modo mais enfático, na sexta-feira, Sarney informa-o de que a substituição precisava ocorrer logo. O presidente não desejava que Funaro fizesse no Congresso a palestra marcada para ontem, porque isto constituiria novo embaraço para afastá-lo pouco depois, e ainda mais se Funaro saísse engrandecido pelos aplausos peemedebistas — manobra de que Ulysses foi considerado capaz.

Na sexta-feira em que Funaro teria entregue a tal carta de demissão ao general Ivan de Souza Mendes, do SNI, entrega certa que fez foi, a Ulysses, do texto que pretendia ler ontem no Congresso, definindo seus planos e projeções para a economia. E esta entrega ocorrida é inconciliável com a outra. Sem contar o despropósito de encaminhar o pedido de demissão ao ministro do SNI e não ao presidente.

Que seja de meu conhecimento, a vaga notícia que correu no sábado, dando conta da demissão de Funaro, teve toda a característica de preparação, pelo Planalto, de um episódio que viria a ocorrer e cujos sinais convivia trocar desde logo, passando-o de pedido de cargo a pedido de demissão. Na manhã deste sábado, Ulysses foi chamado a conversar outra vez com o presidente e, embora já tivesse advertido Funaro da precariedade de sua situação, depois desse encontro é que teria telefonado ao então ministro para comunicar-lhe que não havia mais o que negociar: da parte de Funaro, restava aguardar a convocação do presidente. A qual teria chegado pelo telefonema do general Ivan, que, pela versão oficial, transmitiu a recusa da demissão e suscitou o apelo de Funaro para que Sarney a aceitasse de uma vez.

Em São Paulo, Funaro disse que seu encontro com Sarney seria na manhã de ontem. Ao descer em Brasília, foi direto para o Alvorada. Onde ouviu as razões de Sarney e depois delas, se houve carta, entregou-a por fim.

Estourou ontem a mais grave crise da chamada "Nova República": o presidente José Sarney foi obrigado a recuar do convite que fizera a Tasso Jereissati, empresário e governador do Ceará, pelo PMDB, para ocupar o Ministério da Fazenda, porque o PMDB rebelou-se abertamente pelo fato de não ter sido consultado a respeito do nome do substituto de Dilson Funaro.

O convite a Tasso fora feito na manhã que o governador compartilhava com Sarney no Palácio da Alvorada (veja reportagem na pág. A-8). Vazou para o PMDB apenas por volta da hora do almoço e provocou a primeira reação irada de Ulysses Guimarães, presidente nacional do partido: "Não acredito que o Sarney faça uma coisa dessas sem me consultar", disse Ulysses ao deputado Luiz Henrique, líder do PMDB na Câmara. Sarney encontra-se hoje às 7h30 com Ulysses para discutir o nome do sucessor de Funaro.

Horas depois, às 16h30, quando a nomeação de Tasso já era dada como oficial, Ulysses demonstrou a sua irritação de público. Cercado pelos repórteres quando saía do Congresso para uma reunião de cúpula do PMDB em sua casa, afirmou, sobre a eventual nomeação de Tasso: " Perguntem ao cidadão José Sarney". E emendou: "A responsabilidade é dele".

Ficou claro que a reação não era quanto ao nome em si. "Não vi a cogitação do nome dele nos debates sobre a reforma ministerial no PMDB, mas, se for indicado, terá o meu apoio", chegou a dizer o senador Mário Covas, líder do PMDB no Congresso constituinte.

Supresa

A reação era contra o fato de o partido ter sido surpreendido por uma escolha pessoal do presidente, sem aviso prévio ao PMDB. "Fui surpreendido, todos fomos surpreendidos", reconheceu Luiz Henrique. Mais: pelas contas do líder peemedebista, até a noite de domingo "havia 90% de certeza de que Raphael de Almeida Magalhães (ministro da Previdência Social) seria indicado ministro da Fazenda e José Richa, chefe do Gabinete Civil".

O nome de Raphael de Almeida Magalhães compunha a lista dos indicados pelo PMDB para substituir Funaro, completada por Celso Furtado, ministro da Cultura, José Serra, deputado federal, e Luiz Carlos Bresser Pereira, secretário de Ciência e Tecnologia de São Paulo.

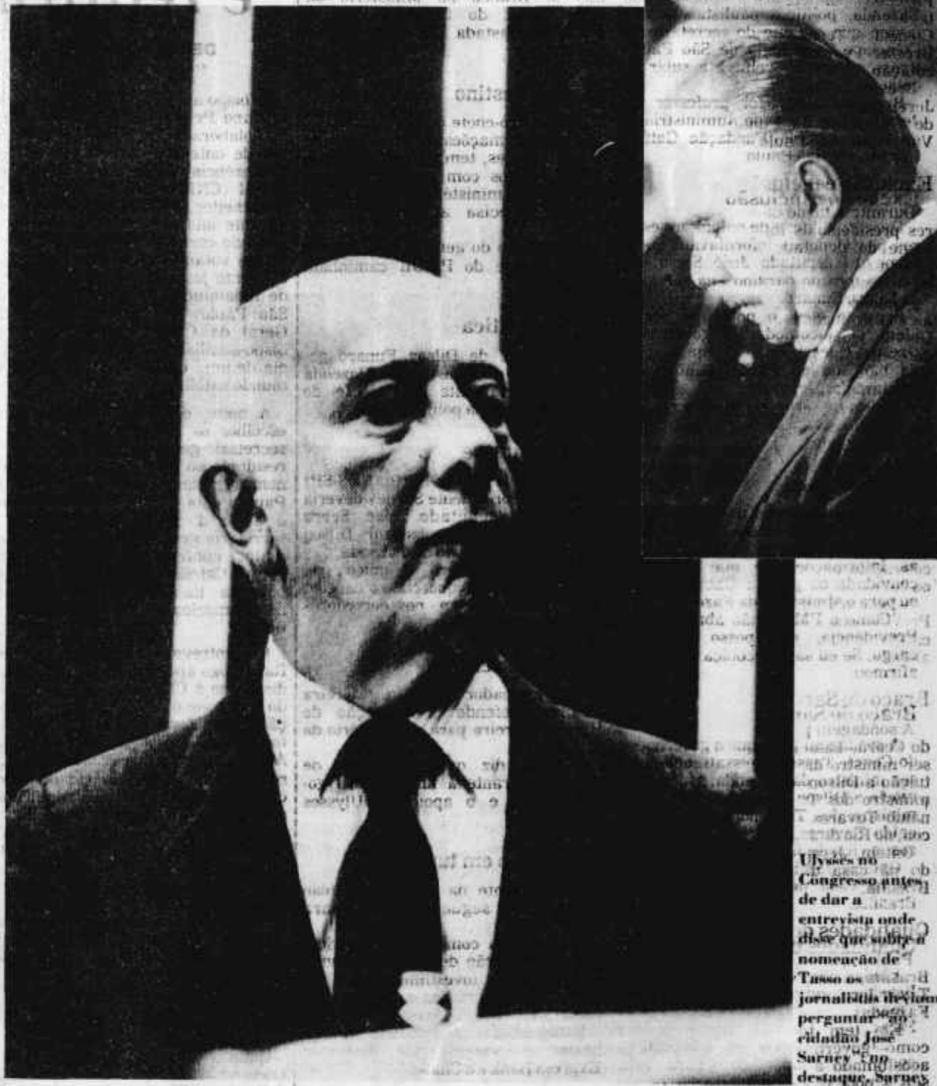
Desde o início, entretanto, o presidente relutava em aceitar algum desses nomes, por entender que, em torno de cada um deles, havia arestas que não estavam devidamente aparadas, conforme a Folha apurou no Palácio do Planalto. Por isso, o presidente buscou uma fórmula intermediária: um empresário que fosse ao mesmo tempo membro do PMDB, como é o caso de Tasso Jereissati.

A surpresa da escolha confundiu o PMDB: "Eu tinha todo o quadro na mão, mas, com o surgimento do nome do Jereissati, todo o quadro de derreter. Estou em branco", admitiu o deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), que participou de articulações em torno da reforma ministerial.

Reação

Da confusão à reação, foi um passo: Ulysses conversou pelo telefone com Sarney por duas vezes e, em seguida, convocou uma reunião para a sua casa com a cúpula peemedebista. A reação peemedebista atingiu em cheio o Planalto: Sarney disparava telefonemas (só com o ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares, um dos nomes cotados para o Gabinete Civil, Sarney falou três vezes) e negava o convite a Tasso.

O porta-voz presidencial Frota Neto e alguns parlamentares negaram inutilmente o convite, que já fora exposto aos jornalistas por incontáveis assessores do próprio Palácio, sem contar a palavra do deputado federal Expedito Machado (PMDB-CE), amigo de Tasso e do senador



Desde a posse, o momento mais difícil

ANDRÉ SINGER
Editor de Política

A interpretação mais plausível para a crise que se abriu ontem com a quase indicação de Tasso Jereissati para a Fazenda é a seguinte: o presidente Sarney tentou nomear um sucessor de Funaro à revelia de Ulysses Guimarães, este reagiu de forma explosiva e a nomeação não saiu.

Mauro Benevides, que viajara com Tasso de Fortaleza a Brasília. O Palácio, então, deixou vaziar duas versões amenzadas do caso Tasso: uma, a de que não houvera convite, mas apenas uma sondagem e, a outra, de que Tasso, convidado, não aceitara.

Revolta

A crise criada em torno do Ministério da Fazenda consolidou-se de vez a decisão do senador José Richa de recusar o convite para assumir o Gabinete Civil. Richa já dissera, pela manhã, ao presidente que preferia ficar no Congresso constituinte, mas continuou recebendo pressões para aceitar (veja reportagem na pág. A-7). A revolta da cúpula peemedebista com o convite de surpresa a Tasso fez com que Richa fechasse com o partido e desistisse de vez.

Mais: Richa, em uma segunda audiência com Sarney, deixou claro que não tinha restrições a Tasso, mas indicou-lhe, para substituir Funaro, os quatro nomes que a cúpula partidária havia decidido sugerir.

O episódio se constituiu na mais grave crise política enfrentada por Sarney desde a toença e morte de Tancredo Neves. So o presidente da República: titubeia em nomear os seus ministros, e está sujeito a vetos praticamente públicos e sucessivos, o governo perde muito de sua força.

Se a manobra de Sarney tivesse obtido sucesso o governo ficaria sob o seu inteiro comando. Tasso Jereissati

é muito ligado a Sarney, enquanto Funaro era enfaticamente apoiado por Ulysses. José Reinaldo Tavares (ministro dos Transportes) convidado junto com Tasso para ocupar a chefia do Gabinete Civil, também é ligado pessoalmente a Sarney. As duas nomeações juntas reduzem muito a sombra de Ulysses que pesa sobre o governo. Com o recuo de Sarney a situação se inverte e o peso político de Ulysses fica maior do que era.

candidateado ao Ministério da Fazenda, mas dizia que havia outros nomes fortes". Citou os quatro da lista do PMDB e mais Marcelo Marques Moreira, embaixador do Brasil nos Estados Unidos.

As "consultas" a que se referiu Sant'Anna se desenrolavam, entretanto, em um clima envenenado pelo episódio Tasso Jereissati, o mais grave de uma sequência de fatos que ajudaram a configurar a crise do governo Sarney.

Para começar, seja quem for o substituto de Funaro ou o de Maciel já entrará enfraquecido para o governo. Esses nomes ainda desconhecidos saberão, como lá sabe todo o país, que não eram os preferidos do presidente. No caso da Fazenda, Sarney queria Tasso, quem foi finalmente indicado; será apenas um substituto ditado pelas conveniências e não o favorito do presidente. (Folha final: Clóvis Rossi, enviado especial a Brasília)

Leia na pág. A-2 o espírito do folheto em edição. O folheto para depois.

Em Brasília, especulações dão Murad como demissionário

Da Sucursal de Brasília

Apontado como um dos assessores presidenciais responsáveis pelo movimento de informação e contra-informação sobre reforma ministerial, o genro e secretário particular do presidente Sarney, Jorge Murad, era ontem vítima de uma especulação em Brasília. Dizia-se, no Congresso e dentro do próprio Palácio do Planalto, que Murad pediria, nos próximos dias, demissão do seu cargo. No seu rastro, sairia também sua mulher, Roseana Sarney Murad, filha do presidente e assessora do Gabinete Civil da Presidência da República.

Nas últimas semanas, Murad entrou em rota de colisão com o PMDB. Enquanto a comissão executiva nacional do partido preocupava-se em soltar notas de apoio à gestão do ministro Dilson Funaro à frente do Ministério da Fazenda, o secretário de Sarney cuidava de bombardeá-lo, dando como contados os dias do ministro no governo.

Também Roseana Murad foi envolvida nas especulações da reforma ministerial: a filha do presidente teria feito circular nos gabinetes do Planalto, inclusive no do pai, um documento "confidencial" que aponta o cantor e compositor Gilberto Gil, presidente da Fundação Gregório de Matos (que equivale à secretaria municipal de cultura de Salvador), como "embrião promissor de ministro da Cultura", cargo que, no momento, é ocupado por Celso Furtado, intimamente ligado ao deputado Ulysses Guimarães.

São cada vez mais frequentes os comentários feitos no Congresso sobre o estilo de ação de Murad, Roseana, e um terceiro personagem: o consultor-geral da República, Saulo Ramos. Este último é apontado



Jorge Murad

também como um dos assessores presidenciais que colaboraram para a queda de Funaro.

Segundo a Folha apurou, há na cúpula do PMDB pessoas que acham prejudicial aos interesses do partido a manutenção dos três colaboradores de Sarney. O próprio deputado Ulysses Guimarães, presidente nacional do PMDB, compartilharia desse ponto de vista. Jorge Murad, Roseana e Saulo estariam tentando desvincular o presidente do PMDB, sob o argumento de que o partido, ao exercer pressões, limita os movimentos de Sarney.

Ontem, Jorge Murad continuava bem no meio das articulações para "fazer" e "derrubar" ministros: o governador do Ceará, Tasso Jereissati, que foi ao Planalto para conversar com Sarney, acabou no seu gabinete. Os dois discutiram a conveniência de Jereissati aceitar o cargo de ministro da Fazenda, para o qual foi convidado, diante das pressões contrárias do PMDB.

por uma aliança circunstancial entre o situacionista PSD e a oposicionista UDN.

Esses partidos, unidos, acusavam o ex-chanceler de ter dado ao Itamaraty uma orientação esquerdizante, em razão do tratamento das relações diplomáticas com a União Soviética, e por conflitos abertos com os Estados Unidos na Conferência de Punta del Este (leste uruguaio), quando o Brasil se opôs à expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos.

A derrota do presidente Goulart foi na época amplamente interpretada como indicio de sua inabilidade e da insuficiência de sua base de sustentação parlamentar, ingredientes que, reunidos, forjaram sua reputação de governante "fraco", pouco habilitado ao exercício do poder. (João Batista Natali)

Planalto continua indefinido sobre o sucessor

Da Sucursal de Brasília

Até as 21h de ontem, permanecia indefinido o nome do futuro ministro da Fazenda. De concreto, estava descartado o "Mr. X" — era assim que os assessores presidenciais se referiam ao preferido de José Sarney, mantido sob sigilo. No caso, o governador do Ceará, Tasso Jereissati. Entre parlamentares e ministros ligados ao presidente do PMDB e ao presidente Sarney, o clima era de dúvida. Segundo apurou a Folha, estava em discussão o surgimento de um "tertius", capaz

de agradar PMDB e Palácio do Planalto.

A escolha, segundo Sarney, não poderia passar de hoje. Sua preocupação é não uma impressão de "vazio de poder". Por isso, pediu na sexta-feira passada que o ministro Dilson Funaro aguardasse antes de anunciar a demissão. Continuam, portanto, cotados Raphael de Almeida Magalhães e Celso Furtado — ambos são apadrinhados do deputado Ulysses Guimarães. Não está descartado o deputado José Serra e continua "em alta" a cotação do secretário

de Ciência e Tecnologia de São Paulo, Bresser Pereira.

No Palácio do Planalto, José Serra é visto como um técnico competente. Pesam contra ele, porém, "restrições" do governador Orestes Quêrcia e de alguns parlamentares da bancada paulista: "Ja Bresser tem a simpatia de empresários, do governador e do ex-governador de São Paulo. Circulam dois nomes de empresários paulistas: José Mindlin, da empresa Metal Leve, e Paulo Cunha, do Grupo Ultra".

Não havia sinais de que Sarney acabaria se empolgando pelos dois futuros presidentes. "Esse episódio mostra que o Congresso não vale absolutamente nada no presidencialismo", disse.

O líder do PMDB na Câmara dos Deputados, Luiz Henrique (SC), 47, numa tensa entrevista em seu gabinete, procurou desvincular a eventual indicação de Jereissati de seu partido. "Evidentemente, ele é a cota do presidente da República, e indicação pessoal do presidente", disse. E deixou uma ameaça pairando no ar, quando perguntado sobre as consequências desse fato: "Futuramente, a gente poderá responder a essas indagações". Mais claro, o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), um dos líderes do antigo grupo "Pro-Soberania" do partido, disse ontem que a indicação de Jereissati e José Reinaldo Tava-

res, na forma como se processou, "levará ao corte do mandato do presidente".

O senador Fernando Henrique Cardoso (SP), líder do PMDB no Senado, na hora do almoço, não queria acreditar na suposta indicação de Jereissati para o Ministério da Fazenda (aquela hora havia apenas rumores a respeito). Mas concordou com o argumento de um repórter de que essa indicação levaria a redução do mandato do presidente Sarney.

"A sensação geral era de que se confirmadas aquelas escolhas, o ministério assumiria a feição de um grupo de amigos do presidente. "É o ministério da roda de chimarrão", comentou Nelson Jobim. "Seria o suicídio político do presidente", disse o jurista Miguel Reale Júnior, assessor especial de Ulysses.

Em 62, o precedente com Jango

Do Reportagem Local

Embora nascida dentro de um quadro constitucional diverso do que hoje dispõe o presidente José Sarney — tratava-se da efêmera experiência parlamentarista no Brasil (1961-1963) —, o precedente na recente história republicana de crise gerada pela rejeição partidária a uma indicação do presidente da República ocorreu em fins de junho de 1962, tendo como vítima o presidente João Goulart.

O primeiro-ministro Tancredo Neves renunciara com seu gabinete e o Planalto enviou ao Congresso, para chefiar um novo governo, o nome do até então ministro das Relações Exteriores, Francisco de San Tiago Dantas. Aliado aos setores "progressistas", sobretudo no PTB, e apoiado pelos sindicatos, San Tiago foi vetado